

44 conselheiros a proposta de encaminhamento da análise da possibilidade de incluir o ENEM
45 como parte do Processo Seletivo da UFPA e abriu o tema para discussão pela Câmara.
46 Assumindo a palavra, o Conselheiro Jorge Pinheiro disse que era importante que este
47 Conselho assumisse a responsabilidade por estar decidindo um assunto que envolve um
48 grande número de alunos. Com a palavra, a Conselheira Marlene Rodrigues ressaltou sua
49 expectativa quanto ao fato dos Conselheiros procederem com um grande debate, que teria o
50 poder de informar e esclarecer eventuais dúvidas. Nesse sentido e em decorrência da
51 extinção do PSS, informou que a PROEG, em conjunto com o COPERPS, promoveram um
52 encontro com representantes do INEP, do MEC, de outras Universidades e com o Prof.º
53 Héilton Ribeiro Tavares, que naquele momento estava deixando o INEP. Em seguida, disse
54 que teve acesso ao arquivo das provas de ciências naturais, ciências humanas, tecnologias,
55 etc., e que percebeu nas mesmas um nível muito bom, indo tal impressão de encontro à ideia
56 de que o ENEM é uma forma de avaliação superficial. E suma, disse que vê o ENEM como
57 um ponto positivo a ser parcialmente adotado, posto que no momento em que o MEC
58 endereçou à ANDIFES a proposta de adoção deste, incluiu aí também o SISU, que prevê a
59 unificação de vagas para todo o país, elemento este eliminado em decisão tomada pela
60 PROEG juntamente com a COPERPS, para a consequente preservação de quesitos
61 referentes ao contexto regional. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Sena Filho disse que
62 inicialmente o que o mantinha de pensamento contrário à adoção do ENEM era a
63 competitividade que haveria entre os alunos locais e os de outras regiões do país, e que se
64 preocupava com o impacto que a inserção dessa forma de avaliação causaria no sistema de
65 ensino local, mais especificamente no sentido da supracitada competitividade. Disse que lhe
66 preocupava também a forma como, nesse contexto, seriam negociados avanços, como as
67 cotas para alunos provenientes de escolas públicas bem como a reserva de vagas para alunos
68 indígenas e também a perda de autonomia da UFPA. Disse, ainda, que estava convencido de
69 que a qualidade do ENEM não é questionável pela maioria, propondo que se faça o
70 experimento de utilizar o ENEM parcialmente. Assumindo a palavra, o Conselheiro Arnaldo
71 do Socorro Marques levantou alguns questionamentos, entre os quais a preocupação com a
72 segurança jurídica que o Processo deve garantir; o fato da adoção do ENEM implicar uma
73 reestruturação metodológica e até que ponto alguns desses vínculos poderiam ferir a
74 autonomia da Universidade; se nas questões elaboradas se excluem Filosofia e Sociologia e
75 nas questões de caráter regional as áreas do conhecimento literatura, geografia, história e
76 biologia não poderiam ser implementadas? Com a palavra, o Sr. Presidente disse que num
77 primeiro momento os Conselheiros devem-se ater à questão principal de se incluir ou não o
78 ENEM como fase do Processo Seletivo da UFPA, alocando-se outros questionamentos para
79 uma etapa seguinte da discussão. Assumindo a fala, o Conselheiro Zaraia enfatizou haverem
80 mais dúvidas do que certezas a respeito desse processo, o que deve ser visto criticamente, e
81 que toda a comunidade, ou seja, os interessados deveriam participar do debate. Disse que o
82 único Instituto que debateu e se manifestou contrário ao ENEM foi o IFCH. Em seguida,
83 disse ser perigoso aprovar a adesão ao ENEM sem sequer ter conhecimento dos dados,
84 afirmando que nenhum dos argumentos até então observados, seja da ANDIFES ou da
85 PROEG o haviam convencido favoravelmente à adoção do referido sistema. Disse, ainda,
86 que a centralização deveria acabar com não democratização das oportunidades de
87 concorrência, o que não irá ocorrer pelo fato da precariedade da educação básica em nosso
88 país, e que a proposta do MEC de o ENEM promover a avaliação proporcional das
89 habilidades e do conteúdo não funciona pelo fato da primeira se sobressair muito mais que a
90 segunda. Disse, ainda, que o único argumento convincente à adoção do ENEM seria a
91 reestruturação dos currículos do Ensino Médio, o que não é real, que outra forma de se fazer
92 isso seria por meio de um esforço maior do MEC em consultar todos os estados e secretarias
93 de educação e principalmente um maior envolvimento no ensino médio do país. Em suma,
94 disse ser contrário à adoção do ENEM até que haja um bom debate em todas as unidades da
95 Universidade. Assumindo a palavra, a Conselheira Rosimê Meguins disse que esse debate

Calvin W.

PP
PP
PP

af/d, d, RBN

sw

A

Jorge Pinheiro

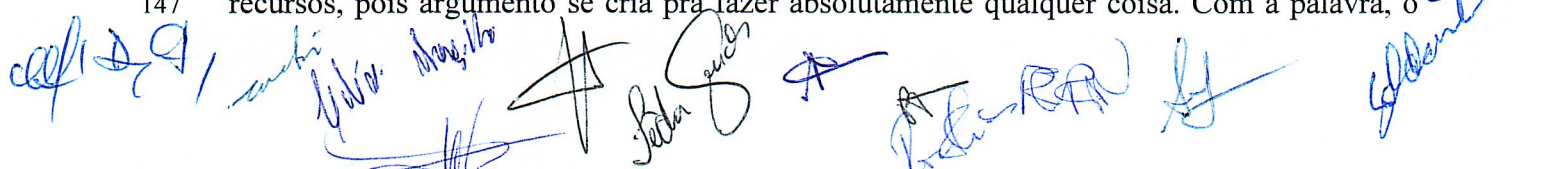
Deleon Agilha

PP

A

PP

sobre o ENEM começa na gestão do Prof. Alex, que tinha argumentos favoráveis à defesa da adesão desse modelo, sendo o principal deles a retirada da despesa arcada pela Universidade e lamentava que o recurso destinado não pudesse ser distribuído para as instituições, que possuem conhecimento e quadro competente para desenvolver seu próprio processo seletivo. Enfatizou que o discurso prega o respeito e a garantia a autonomia das instituições, o que não ocorre. Disse, ainda, que outra questão já se refere a uma discussão envolvendo o Prof.º Maneschky, após o problema vivenciado no último Processo Seletivo local, onde este disse que se já tinha uma posição favorável ao ENEM, agora ela se reforçava, porque mostrou-se nesse momento a fragilidade da nossa condição de executar um processo sem fraude. Em seguida, disse que se fossem utilizar apenas esses dois pontos positivos, já haveria argumentos para arrebentar com os dois. O primeiro diz respeito aos problemas causados pela centralização e o segundo sobre a possibilidade de fraude com o ENEM. Sobre isto indagou o porquê de o Ministro Haddad haver, em função da fragilidade da prova da OAB, exigir a garantia de um reforço muito maior para que o ENEM não tivesse problemas dessa ordem. Com a palavra, a Conselheira Renata Noronha disse ser importante enfatizar que já haviam sido feitas várias reuniões no Campus de Altamira com relação a esse debate, onde foi aprovada a decisão de se adotar o ENEM com 50% e mais uma prova elaborada pela UFPA. Disse, ainda, que a realidade daquele Campus era outra, com a maior presença de alunos de fora, acostumados a prestar exames fora de seu local de origem. Nesse sentido, disse discordar do Conselheiro Zaraia quando este diz que existem apenas discussões e mais discussões, já que dúvidas sempre vão existir, que o novo processo é um desafio, mas que se precisa ver o que vai acontecer. Com a palavra, o Conselheiro Doriedson do Socorro disse que dia 22 de abril foi realizada uma reunião no Campus de Cametá com professores e alunos da Universidade e do Ensino Médio, onde foi debatido o ENEM e o nosso próprio Processo Seletivo. Ao final dessa reunião, ficou decidido em votação pela não adesão ao ENEM. Disse, ainda, que entre as questões levantadas, houve a do currículo de cunho disciplinar. Ressaltou que se percebe, ao analisar as provas do ENEM, que elas não contemplam o aspecto local e que há uma pretensa crença de que o universal serve para democratizar as coisas. Outro argumento contrário, segundo o Conselheiro Doriedson, é que o ENEM ainda contribui para uma visão pragmática da educação, como por exemplo a não presença dos programas de arte e filosofia. Em suma, indagou se se quer utilizar o Ensino Médio como parâmetro devia-se então considerar os três anos de estudo dos alunos ao invés de se implantar mais uma forma de avaliação. Assumindo a fala, o Conselheiro Alan Frick disse que o primeiro passo para o início dessa discussão estaria na questão de estarmos passando por um momento positivo na vida do Brasil, o que tem reflexo em várias áreas da sociedade brasileira e da gestão pública. Reforçou que, quando a realidade é boa, deve-se ajudar a construir. Em seguida, disse que, por motivos óbvios pro Ministério da Educação e de uma forma estratégica para o Estado Brasileiro, haver uma prova nacional para se ter pelo menos um panorama geral da educação brasileira tem sentido importante para o Estado Nacional. Contudo, disse que algumas questões foram levantadas e, por se tratar de falsas polêmicas, precisam ser desbaratadas. A primeira delas referente ao fato da adesão ao ENEM colocar em risco a autonomia, que na opinião do Conselheiro Alan parece ser de efeito contrário, pelo fato de tal adesão já ser uma prova de autonomia; a segunda delas, com matriz na formulação que a direita construiu contra as cotas, referente à questão de que a prova leva mais em conta o raciocínio do que o conteúdo, ou seja, de que quem tem menos conteúdo pode passar, que na opinião do Conselheiro foi o mesmo e principal argumento utilizado pela direita para se opor ao sistema de cotas. Em seguida, disse que teve a felicidade de participar de um evento no Rio de Janeiro onde foram avaliados os dois primeiros anos do sistema de cotas e em que se concluiu que os estudantes que passaram através do referido sistema tiveram um desempenho melhor que os aprovados no vestibular tradicional. Concluindo, disse que essa não entende essa história de descentralização de recursos, pois argumento se cria pra fazer absolutamente qualquer coisa. Com a palavra, o

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a signature that appears to be 'cepf' followed by some scribbles. In the center, there are several distinct signatures, including one that looks like 'Júlio' and another that is more stylized. On the right side, there is a large, vertical signature that reads 'Alan Frick' and another signature below it. The signatures are scattered across the bottom margin, some overlapping the text area.

148 Conselheiro Emmanuel Tourinho disse em primeiro lugar tem-se que partir do
149 reconhecimento de que não há um sistema perfeito para o ingresso na Universidade, então
150 qualquer argumento na direção de dizer “este sistema não é perfeito” não ajudará na tomada
151 de decisão. Em seguida, disse que o que se estava discutindo é sobre o que mais aproximaria
152 a todos dos objetivos institucionais. Disse que a principal razão para se aderir ao ENEM não
153 é financeira, mas pelo fato desse sistema representar um movimento em curso no país que
154 visa criar uma referência para que o Ensino Médio no país dê um salto de qualidade e para
155 que os nossos processos seletivos avancem também qualitativamente. Disse, ainda, que é um
156 erro tratar o ENEM como uma iniciativa do MEC, pois o mesmo vem sendo uma construção
157 coletiva de toda a sociedade brasileira. Em seguida, procedeu com a leitura do trecho de uma
158 nota do Comitê de Governança do ENEM, assinada pelos Secretários Estaduais de
159 Educação, que diz: “O novo ENEM, num formato proposto pelo MEC e pelo INEP é
160 importante instrumento de reestruturação do Ensino Médio, que em função disso deve se
161 vislumbrar a possibilidade de universalização da aplicação do exame aos concluintes do
162 Ensino Médio num futuro próximo e que a edição de 2009 deve se fundamentar na atual
163 organização do Ensino Médio e em seus exames, ENEM e Exame Nacional de Certificado
164 de Competência.” Em relação à alegação de que o ENEM cobra mais habilidades coletivas
165 que conteúdo, enfatizou que é preciso resgatar o debate na UFPA, onde este Conselho
166 entendeu que se devia passar para as provas subjetivas pelo fato de que não se podia
167 continuar com um sistema de avaliação meramente conteudista, que era preciso um que
168 avaliasse concomitantemente habilidades e competências cognitivas com o domínio de
169 certos conteúdos, ou seja, os mesmos critérios oferecidos pelo ENEM. Com a palavra, a
170 Conselheira Isabel Lucena disse que, após observar os conteúdos das provas, concluiu que
171 as mesmas possuem diferentes níveis de complexidade. Em seguida, disse que até onde
172 compreende, a prova do vestibular é seletiva e não de caráter avaliativo. Em relação a isso,
173 disse que este Conselho deveria tomar uma decisão no sentido de que esta prova, sendo
174 seletiva, não pode ser a única que faça referência para a formação do Ensino Médio.
175 Concluiu dizendo que vê o ENEM como um processo global e mais interessado na formação
176 da educação básica enquanto que enxerga a UFPA como uma preocupação mais local. Com
177 a palavra, a Conselheira Eliana Felipe disse que gostaria de fazer uma análise mais global
178 em relação ao ENEM. Quanto às vantagens elencadas a esse processo, ressaltou o fato de o
179 ENEM ter a competência de avaliar a capacidade de aprendizado do estudante da educação
180 básica, questionando se a UFPA não teria mesma qualidade e se seria necessário estar no
181 ENEM para participar desse esforço de melhoria do Ensino Médio; a democratização da
182 concorrência e a contribuição para forçar a modificação do currículo do Ensino Médio, sobre
183 o que afirmou que até hoje não tomou conhecimento de nenhum estudo que comprove que
184 estes processos tem poder para afetar a estrutura da escola. Justificou tal afirmação dizendo
185 que existem diversos estudos no campo da exclusão dos processos educacionais que
186 sinalizam que para uma parcela de jovens da nossa população a universidade é um horizonte
187 muito distante. Em seguida, levantou algumas problemáticas: em que a adoção do ENEM
188 aperfeiçoa o processo seletivo feito pela UFPA? Em que medida ele apresenta novas
189 soluções para o acesso ao Ensino Superior na Amazônia? Concluindo, disse que os índices
190 do IDEB do Ensino Médio no Pará são mais baixos que os do Ensino Fundamental e que
191 existe um conjunto de iniciativas por parte do Ministério da Educação e do Governo
192 Estadual de alterar esses indicadores, o que deve ser feito por meio da política educacional,
193 desenvolvendo projetos como um Ensino Médio integrador que remunera professor pelos
194 seus resultados, formando gestores educacionais e coordenadores pedagógicos, colocando
195 dinheiro na escola para que essa assuma seu processo de gestão, que é onde a Universidade
196 deve atuar no sentido de democratizar não a concorrência, mas as oportunidades
197 educacionais nesse estado. Assumindo a fala, a Conselheira Marlene Rodrigues disse que há
198 algo que a angustia, que é a existência de relatos não verdadeiros sob os quais ela não
199 poderia se calar. O primeiro deles diz respeito ao fato da Universidade não ter aberto espaço

Isabel Lucena

Emmanuel Tourinho

Eliana Felipe

cef/10/04

RRV

marlene

Isabel Lucena

Emmanuel Tourinho

RRV

Emmanuel Tourinho

Isabel Lucena

200 para o debate, coisa que houve sim, sendo que a questão não surgiu agora e que as
201 universidades só chamaram para si o debate e a preocupação com o ENEM no momento em
202 que o MEC sinalizou com a possibilidade de ele ser um instrumento de seleção para o
203 ingresso na graduação. Em seguida, disse que todos, sejam professores ou dirigentes que
204 tem interesse no tema tem a internet, artigos, conversas, manifestos e propostas à sua
205 disposição. Reportando-se ao Professor Arnaldo, esclareceu que o ENEM não implica por si
206 mesmo numa reestruturação do Ensino Básico, que tem a expectativa de ele nos ofereça
207 dados suficientes para que nós possamos estudá-los e propor políticas. À Prof.^a Rosimê,
208 disse que houve uma confusão em sua fala, pois quando a Conselheira Marlene disse que
209 assinaria em baixo das colocações do Prof.^o Roberto Boaventura quando ele teceu críticas a
210 respeito dos resultados do SISU, este foi confundido com o ENEM. Procedendo ainda com
211 os esclarecimentos, agora ao Prof.^o Doriedson, disse que o ENEM como exame nacional não
212 pode contemplar aspecto regional, o que cabe à UFPA. Concluiu dizendo que o ENEM pode
213 contribuir para o Processo Seletivo da UFPA como exame e não como Sistema de
214 Distribuição de Vagas. Com a palavra, o Conselheiro Fernando Arthur disse que sua
215 intervenção nesse tópico começava com uma pergunta que todos deveriam fazer: alguém
216 aqui tem alguma disposição de ser convencido de alguma coisa? Disse que as universidades
217 são muito corporativas e se recusam durante muito tempo em ter mecanismos integradores,
218 devendo todos assimilar que elas não podem ser um feudo segundo a percepção do que o
219 nosso umbigo dita. Em seguida, indagou onde estariam os representantes de filosofia,
220 biologia, línguas e exatas; se não estavam presentes porque não concordavam ou porque não
221 queriam discutir. Disse, ainda, que esse Processo de Seleção já foi mudado várias vezes sem
222 ter sido feita uma única avaliação em relação ao porquê disso e que o que o ENEM permite é
223 um processo de avaliação em nível nacional do qual nós fazemos parte, pois somos uma
224 federação e não uma confederação, tendo então que nos articular dessa forma, dando assim
225 mais oportunidades de fazer com que o conjunto dos brasileiros e não apenas o gueto do
226 Estado do Pará possa se reconhecer como o único que tem a capacidade de tecer críticas a
227 cerca do sistema do ENEM. Com a palavra, o Conselheiro Augusto Cleybe disse que a
228 questão da integração é um elemento da Federação que na construção de um país é
229 importante. Em seguida, disse que devem estar claros os parâmetros para esse exame, visto
230 que a UFPA não abre de todo da sua autonomia para um debate de um método nacional,
231 pois há uma discussão de transição e de como a UFPA vai se comportar na produção. Disse,
232 ainda, que o ENEM não é a solução, mas que dentro do método é uma resposta necessária
233 para unificar o ensino. Concluiu dizendo que nesse sentido surge a questão de que o ENEM
234 vem de cima para baixo, ou seja, que ele surge do Ensino Superior para tentar enquadrar o
235 Ensino Médio, o que é uma debilidade, e que é favorável à mesmo compreendendo suas
236 debilidades e lacunas. Com a palavra, a Conselheira Edilza Fontes disse que uma das falsas
237 polêmicas é que a adoção do ENEM acaba com a autonomia, pois a adoção do mesmo pela
238 UFPA nos insere em um processo nacional. Em seguida, se perguntou por que essa
239 discussão nos afetaria tanto se sempre houve a luta por um sistema de Ensino Superior
240 Unificado no Brasil. Ressaltou que, no momento histórico que estamos passando, se o
241 ENEM democratizar o pouco que seja da concorrência, este já é um grande passo a nível
242 nacional, e que nós estamos construindo um diálogo permanente com o Ensino Médio.
243 Finalizou indagando qual o problema em se participar desse grande esforço de construir uma
244 política nacional que avalie o Ensino Médio e ao mesmo seja um dos instrumentos que
245 possibilita a entrada nas universidades. Assumindo a fala, a conselheira Celina Magalhães
246 disse que a UFPA não fez sequer a avaliação do PSS para proceder com a adoção de um
247 novo processo seletivo. Com a palavra, o Conselheiro Alan Frick indagou se é um bom
248 motivo não se aderir ao ENEM por causa da falta de discussão ou se isso serve apenas para
249 procrastinar. Quanto ao argumento de que não foram feitas boas avaliações dos processos
250 seletivos anteriores, disse que se de fato existe essa falha ela deve ser remediada no futuro,
251 pois tem certeza de que há uma motivação para isso. Em seguida, disse que após isso, o que

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'cafi', 'RAN', 'Sida', 'Doriedson', 'Celina', 'Alan', and others.

sobra para que não se adote o ENEM é o fato deste ser uma política do Governo Federal, à qual alguns setores da sociedade são contrários, o que se manifesta aqui desta forma. Com a palavra, o Conselheiro Fernando Arthur disse que o ENEM tem acoplado um sistema de avaliação, coisa que a UFPA não possui, e que esse sistema está acessível a todos os professores. Fez questão de esclarecer que tudo que temos consolidado até agora como mecanismo de entrada na Universidade, para outros ainda resiste. Em seguida, disse que nós podemos ter elementos mais seguros para a nossa discussão de avaliação, o que não quer dizer que o sistema do ENEM não é infalível. Contudo, isso não pode ser um óbice para que nós não entremos no sistema, bem como a ideia de descentralização de recursos, achando que cada Universidade por si mesma garantiria a implementação de seu próprio processo, o que fragiliza mais a nossa avaliação, pois autonomia não tem a ver com soberania. Segundo o Conselheiro Fernando, isso é confundir federação com confederação. Em seguida, disse que existe um aspecto que é muito melindroso: o fato de o ENEM ser gratuito para alunos de escola pública. Após o dito, indagou: “Isso não é um instrumento de democratização?” concluindo, disse que é na base material, e não na econômica, que se definem as ações. Assumindo a palavra, o conselheiro Zaraia Ferreira disse que muitos dos dados colocados são verdade, mas que existe um mecanismo que se chama “silogismo”, onde se utiliza de fatos reais para o embasamento de argumentos falsos. Disse que a falta de debate permite que não se tenha esclarecimento, principalmente a cerca do ENEM, posto que não é verdade que o debate seja democrático dentro da Universidade. Disse que a proposta de adesão do ENEM pelas Universidades Federais é de 2009, e que não houve um posicionamento destas no sentido de indicar um debate válido, sendo que o único proposto contou apenas com a presença daqueles que eram favoráveis à sua adesão, sem dar oportunidade ao contraditório. Indagou em seguida, porque o ENEM preocupa, respondendo que isso se dava pelo fato do mesmo não resolver os problemas da Universidade. Disse que para que se faça essa análise é preciso que se observem alguns elementos globais não resolvidos pelo ENEM, como, por exemplo, o padrão único de qualidade do Ensino Médio. Disse, ainda, que o ENEM fere a autonomia da Universidade, sendo que esta hoje é refém da falta de verbas. Nesse sentido, o Conselheiro Zaraia afirmou que quando o ENEM se propõe com essa substituição, é óbvio que é melhor para a Universidade, pois se trata de um gasto a menos. Concluindo sua fala, disse que é contra o ENEM por uma questão de posicionamento, mas que o que os estudantes querem são mais debates e esclarecimentos. Com a palavra, o Conselheiro Emmanuel Tourinho disse que o PSS acabou, e que o debate de então não era apenas a respeito do ENEM, mas se ia ser feita uma prova apenas da UFPA ou uma associada ao ENEM. Afirmou, em seguida, que os argumentos deveriam ser afirmativos, enfocando sempre as boas razões de se usar o ENEM ou de se realizar apenas uma prova local, e não ficar apenas enumerando aspectos negativos, e que uma oportunidade em se aderir ao ENEM seria daqui a um ano poder comparar. Assumindo a palavra, o Sr. Presidente ressaltou que ninguém tem a ingenuidade de achar que o ENEM vai resolver os problemas da Universidade, mesmo porque essa não é a finalidade do mesmo. Disse, ainda, que entre as razões positivas do ENEM, gostaria de centrar apenas uma, que é a possibilidade de instituímos nacionalmente um processo de avaliação que vai quase que diretamente auxiliar e estimular políticas públicas na direção da melhoria da qualidade do Ensino Médio, pois se não houver um sistema nacional de avaliação não poderemos chegar num ponto em que se possa dizer, entre outras coisas, como é que se comportam as desigualdades regionais de que tanto falamos. Em seguida, afirmou que se não for por meio da inclusão das universidades federais nesse processo não vamos fazer com que o mesmo se torne universal do ponto de vista da avaliação, e que se não houver a possibilidade de comparação, como poderá se saber se nosso desempenho é maior ou menor em relação aos alunos de fora? Disse, ainda, que a afirmação de que o ENEM não tem conteúdo é querer desvirtuar o debate, pois as provas seguem um processo de evolução qualitativo natural. Em seguida, afirmou que houve discussão, que houve um debate amplo dentro e fora da Universidade, sendo ela, portanto,

cal/10/9

REAR
Sider
A. B. B.
L. B. B.
Z. B. B.

de âmbito nacional. Com a palavra, o Conselheiro Zaraia propôs que, em função dos posicionamentos favoráveis e contrários e de um maior debate a respeito do tema, que não se discuta o mesmo nesta sessão. Assumindo a fala, o Sr. Presidente encaminhou a proposta na forma de duas votações: a primeira com o intuito de deliberar se os Conselheiros achavam-se aptos para seguirem com a decisão do tema, esta aprovada pelos Conselheiros; a segunda com o intuito de deliberar a decisão do tema em si, ou seja, a inclusão do ENEM como parte do Processo Seletivo da UFPA, esta votada e aprovada pelos Conselheiros. Prosseguindo com a reunião, o Sr. Presidente propôs que se passasse à decisão quanto à operacionalização do modelo de Processo Seletivo aprovado anteriormente. Com a palavra a Conselheira Paula Teixeira pediu esclarecimentos a respeito de como será feita a pontuação, já que o vestibular se dará em duas etapas; a respeito do conteúdo, pois quando leu a proposta observou que o ENEM é nacional, sendo que o último item da proposta enfatizava que algumas das questões fossem regionalizadas, indagou se o estudante iria trabalhar com dois conteúdos para fazer uma prova só no final do ano. Disse, ainda, que, como iria voltar a prova objetiva, pensava que deveria voltar também o peso para disciplinas específicas das áreas. Assumindo a fala, o Conselheiro Augusto Cleybe indagou a respeito da data de realização das provas, ou seja, se as mesmas terão influência sobre a atuação dos cursinhos; indagou em seguida como isso poderá vir a ser questionado futuramente caso haja de novo os atrasos ocorridos no ENEM passado. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que algumas universidades que haviam adotado o ENEM, quando se deu o problema, descartaram o mesmo. Em seguida, disse que não se pode decidir alguma coisa no pressuposto de que vai dar errado. Assumindo a palavra, a Profa. Marilúcia Oliveira disse que gostaria de levantar algumas questões, principalmente no que se refere a aspectos operacionais. Informou que em conversa com a Profa. Marlene disse estar sendo constantemente procurados por coordenadores de cursos pré-vestibulares, que tem se mostrado muito preocupados com o fato de não se ter ainda uma definição da Universidade com relação aos conteúdos. Disse, ainda, que pensa que se vai adotar o ENEM como parte do Processo Seletivo da UFPA, isso não quer dizer que a Universidade perca sua autonomia e vá se dobrar diante das exigências que a comunidade externa faz, propondo em seguida que pelo menos esse ano se mantenha os conteúdos ou as leituras obrigatórias. Prosseguiu dizendo que se leve em conta que questões mais específicas deveriam ser discutidas na COPERPES, mas que também se incluíssem os professores envolvidos no processo, como os elaboradores e os que compuseram o conteúdo passado do PSS. Finalizando a fala, a Conselheira disse que alguns dos pontos abordados pela proposta de adoção do ENEM já existiam no PSS, como por exemplo os itens habilidades e competências e interpretação. Com a palavra, o Conselheiro Manoel Diniz disse ser da área tecnológica e que o ingresso dos alunos de matemática deixa muito a desejar. Disse que tinham em mãos cinco provas do ENEM com análise crítica encima delas, donde a resolução de que os alunos, pelo menos os do ITEC de um modo geral, tenham o mínimo de compreensão da matemática. Com a palavra, o Conselheiro Sérgio Cardoso de Moraes pediu esclarecimento sobre como se daria o aproveitamento do ENEM no Processo Seletivo da UFPA, mais especificamente se ele seria um primeiro corte, pois se a prova da UFPA ocorresse antes mesmo do resultado do ENEM, não teria como ele o ser. Assumindo a palavra, o Sr. Presidente respondeu ao Conselheiro que o corte pode ser feito da seguinte maneira: pode se ter o corte nas provas, com 20% eliminando no ENEM, sendo que só ao final das duas é que haverá a somatória, então se o candidato ficar abaixo dessa porcentagem ele será eliminado. Assumindo a palavra, a Conselheira Lia Braga disse que gostaria que fosse acrescentada a pontuação dos exames habilitatórios de dança, teatro, música e artes visuais. Com a palavra, o Conselheiro Augusto Cleybe disse que muitas das coisas não vão ser sanadas aqui; que no regimento da UFPA existem Comissões Especiais, as quais ele não sabia até que ponto poderiam ser trabalhadas, mas que as mesmas sejam constituídas com elementos das Câmaras de Legislação e Normas e Pesquisa e Pós-Graduação. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que

W. J. 11/11/11

355 Legislação e Normas e Pesquisa e Pós-Graduação. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que

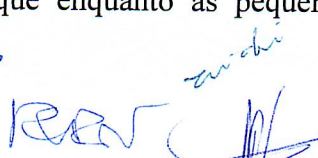
o primeiro ponto a ser discutido é a ponderação adotada pela UFPA para essas duas provas no sentido de computar o resultado final. Assumindo a fala, o Conselheiro Manoel Diniz disse que gostaria de ver a proporção de 50% entre ENEM e UFPA. Com a palavra, o Conselheiro Horácio Schneider endossou a proposta anterior, pois pela primeira vez temos a oportunidade de avaliar as deficiências dos dois sistemas isolados e conjuntamente na seleção de candidatos, o que facilitaria a confecção de um relatório estatístico completo. Com a palavra, a Conselheira Celina Magalhães indagou sobre como as outras universidades tem se portado em relação à adoção do ENEM, ou seja, se as mesmas tem utilizado o peso igual. Assumindo a fala, o Sr. Presidente esclareceu que das 59 universidades, 23 implantaram o ENEM em 100% de seus processos, 03 implantaram 20%, mais de dez implantaram 50% e o restante entre 40% e 60%. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Pinheiro também concordou com a proposta do Prof. Manoel Diniz, enfatizando que ainda assim deveria ocorrer a avaliação, sem a qual não teríamos parâmetro. Assumindo a palavra, o Prof. Héilton Ribeiro Tavares disse que quem vai moldar todo o processo somos nós, e que ele tem justamente esse objetivo de juntar um conjunto de universidades para que elas definissem as regras. Em seguida, disse que o MEC, pensando nisso, vai fornecer o que a instituição precisa, ou seja, virão separadas, por aluno, as notas de cada uma das quatro áreas, além da redação, o que permite que cada curso decida como quer tratar a nota geral. Disse, ainda, que algumas universidades decidiram adotar peso diferenciado de acordo com suas necessidades enquanto outras decidiram ter peso único para todas, mas que é fundamental deixar isso na mão dos cursos. Em seguida, disse que do INEP virão dez notas, sendo quatro em termos de proporção de acerto e as outras notas das áreas como comparáveis, pois o objetivo do ENEM é que se torne uma avaliação com diversas edições no ano. Disse, ainda, que para as universidades que irão utilizar o ENEM como uma primeira fase, como composição da nota pode utilizar tanto uma como outra, dando-se o tratamento seja em termos de percentual de cada área das provas, seja em termos do peso de cada uma das áreas. Quanto à redação, disse que no ano passado a mesma foi corrigida por cerca de quatro mil pessoas de todas as regiões do país, e que tal como a correção daqui, cada redação é corrigida por duas pessoas e de forma online, por mais que haja um treinamento local, ou seja, a pessoa recebe as redações no sistema, sem saber de quem está corrigindo. Assumindo a fala, a Conselheira Lia Braga Vieira disse que a preocupação em relação ao corte é quanto à realidade do ENEM no interior, perguntando-se como será a prova que cabe à UFPA, já que o ENEM abrangerá as quatro áreas, que no interior nem sempre são atendidas nas escolas. O seu temor, disse, é que o aluno seja duplamente punido, tendo em vista que o sistema não atende o que propõe e que o aluno não tem como se sair bem se não teve a oportunidade de receber esse atendimento. Assumindo a fala, o Sr. Presidente informou, para conhecimento dos conselheiros, alguns pontos elencados por ele para serem discutidos de forma separada: como será feita a pontuação? Haverá um ou dois conteúdos? Haverá peso para disciplinas específicas? Qual a data de realização das provas? Quais as leituras obrigatórias? Como se dará a redação? Com a palavra, o Conselheiro Arnaldo Marques sugeriu a inclusão, na proposta, da questão da prova língua estrangeira, o que foi acatado pelo Sr. Presidente. Com a palavra, o Conselheiro Arnaldo do Socorro Marques propôs o corte em 30%, em função da reclamação dos alunos sobre a extensão da prova e o tempo exíguo que é proposto para a realização da mesma, solicitando em seguida esclarecimento ao Prof. Héilton Ribeiro Tavares que, com a palavra, informou que já é de domínio público que a prova abrange quatro áreas, sendo a primeira de linguagens e códigos e suas tecnologias, a segunda de ciências humanas e suas tecnologias, a terceira ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias. Para cada uma dessas áreas, prosseguiu informando, a prova tem 45 questões, número esse definido por meio de um teste do nível de precisão, sendo levado em conta também o tempo aconselhável de até três minutos para a resolução de cada questão. Com a palavra, a Conselheira Ana Paula observou que enquanto as pequenas universidades adotaram o ENEM como fase única de seus

Calina Magalhães

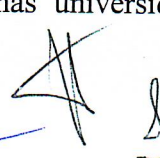


cafi 10/9

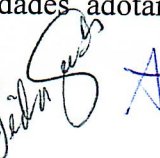
REAR



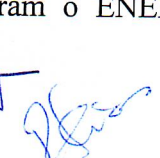
anichi



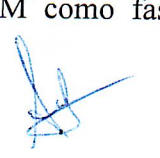
Silva



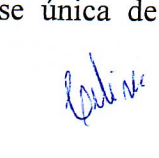
20/04



Calina Magalhães



20/04



processos, as maiores o adotaram como primeira fase. Desse modo, propôs a adoção de mais de 50% do ENEM, procurando sempre perceber qual a experiência das outras universidades como forma de nos guiarmos. Quanto a isso, o Prof. Héilton Ribeiro Tavares disse que teve conversas em diversas universidades, no que cada uma tem um perfil totalmente diferente. Enfatizou que a UFPA tem um processo seletivo conduzido por um órgão próprio, mas que muitas universidades não o tinham, precisando assim contratar uma empresa ou fundação. Nesse sentido, essa mudança só ocorreu porque as mesmas acharam o ENEM próximo do perfil dos vestibulares que elas estavam oferecendo. Disse, ainda, que grandes instituições acharam melhor ser prudentes e dizer que confiavam no seu Processo, mas que queriam experimentar, ainda que não com 100% de adesão. Em seguida, disse que nós estamos no caminho perfeito, pois temos um ano de experiência. Com a palavra, a Profa. Marilúcia Oliveira disse que seria mais prudente no sentido de levar em consideração o que a comunidade externa vai ponderar em relação ao peso que vamos dar ao nosso Processo. Informou, em seguida, que havia conversado com a Profa. Marlene sobre a possibilidade de se fazer uma avaliação desse Processo que encerrou e se pensar na avaliação de processos futuros, pois se nós estamos aqui optando pelo ENEM, isso seria prudente, tendo em vista ser a primeira vez que os alunos vão se submeter a esse tipo de seleção mista. Disse que talvez fosse prudente dar um peso menor que 50%, fazer a avaliação e observar se caberia um peso maior. Assumindo a palavra, o Conselheiro Fernando Arthur disse que, em relação a essa porcentagem, existem algumas pré-noções que nós não conseguimos sustentar de forma científica, e aí acaba ficando uma cabala. Pois se é para ser prudente, que se adote 1%, o que não afeta em nada o resultado. Em seguida, ressaltou que se nós reconhecemos que existe uma base de dados tão representativa, isso nos dá conforto para dizer que, de um sistema de 59, 30 já estão imersos, o que é expressivo. Indagou o que nós vamos dar efetivamente de contribuição para aperfeiçoar o sistema, para reconhecer suas limitações. Nesse sentido, disse que se for adotado 50% ou 40%, essa decisão não deve se dar em função dos temores, mas do que se tem acumulado de base de dados efetivas. Disse, ainda, que no estágio em que estamos, é muito mais favorável a noção dos 50% que qualquer outra, porque a grande maioria já está no sistema com maior peso, o que faz com que não nos recorramos aos mesmos erros, sendo que os outros já gastaram para nós essa possibilidade. Com a palavra, a Conselheira Ana Paula Vidal disse que nós é que somos os conservadores, aqui na universidade e nos cursinhos, pois os meninos se adaptam a não se sabe quantos consoles por ano, portanto irão se adaptar a uma mudança de vestibular rapidinho. Assumindo a fala, o Conselheiro Apolinário Alves Filho fez um paralelo, dizendo que no advento da discussão, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a respeito das ações afirmativas, item cotas, ouviu várias pessoas falando que, se fossem admitidos os cotistas, haveria um problema na Universidade, pois o ensino vai lá pra baixo. Em seguida, informou que uma pesquisa científica disse o contrário, que o desempenho dos alunos cotistas foi maior e mais significativo do que o dos não-cotistas, com o pressuposto de, ao entrar, ele será discriminado, seu desempenho tem que ser bom. Dito isto, ressaltou que a adoção de 20% do ENEM não dá as condições de mensurar, o que seria possível se tivéssemos a coragem de adotar 100%. Em seguida, disse que nem na primeira vez teríamos a garantia de dizer que o exame não serve e que 50% de adoção é razoável. Concluindo, disse que nós somos mais uma vez conservadores quando exigimos que o aluno entrasse pronto na universidade. Com a palavra, o Conselheiro Alan Frick referendou a opinião anterior dizendo que os 50% facilitam a compreensão da sociedade sobre o processo. Disse que, se existem dificuldades, estas serão para todos e todas, e que por motivos óbvios existe uma cultura de inserção na universidade e de cursinhos que é muito grande, acarretando peso social. Com a palavra, a Conselheira Renata Noronha disse que 20% dados a mais e de forma contextualizada para a UFPA, o aluno ribeirinho que pega seu transporte para chegar à escola se sairá melhor. Disse, ainda, que 50% ao ENEM é um peso alto, mas que é um risco que a UFPA tem que correr se quiser, tendo em vista a sua tradição de prova de

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

460 vestibular. Informou, em seguida, que dessa forma os alunos do interior podem ser
 461 resgatados, concordando por fim com a posição da Profa. Marlene. Assumindo a palavra, o
 462 Conselheiro Arnaldo do Socorro Marques disse que, considerando o ENEM como um
 463 processo de evolução qualitativa, seria prudente que se compactuasse o percentual abaixo de
 464 50%, mais especificamente 30%. Concluiu dizendo que se a integração do ENEM não fere a
 465 autonomia da Universidade, então a mesma deve ter essa autonomia para estabelecer o
 466 percentual. Assumindo a fala, o Sr. Presidente quis se manifestar sobre esse ponto
 467 indagando a rigor de quê se daria essa prudência, pois as universidades do Amazonas,
 468 Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia adotaram 100% do ENEM, então qual o problema do
 469 Pará adotar 50%; por que a preocupação com os alunos do interior se os mesmos só
 470 competem entre si; qual o dado de segurança que diz que o aluno do interior não está
 471 preparado para a realidade do ENEM quando na verdade o mesmo não estaria preparado
 472 para a nossa realidade, com esse conteúdo enorme que a UFPA determina; se a prova é
 473 longa demais, qual o problema, entendendo-se que ela é longa para todos e sabendo-se o
 474 porquê dela assim o ser? Em seguida, disse que se existe o temor de que os alunos se saiam
 475 mal na prova do ENEM, que se tire a linha de corte dessa prova, deixando que eles
 476 concorram todos entre si novamente na segunda etapa. Concluindo, disse que defende a
 477 divisão das duas provas em 50% e prosseguiu com o encaminhamento da decisão quanto às
 478 duas propostas de pesos, sendo a primeira na proporção 50%(UFPA) / 50%(ENEM) e a
 479 segunda na proporção de 70% (UFPA) /30% (ENEM). Assim sendo, foram votadas as duas
 480 propostas, sendo vencedora a segunda. Passando ao próximo ponto referente à
 481 operacionalização do Processo Seletivo, o Sr. Presidente abriu as discussões a respeito do
 482 conteúdo das provas. Com a palavra, a Conselheira Marlene Rodrigues disse que não se tem
 483 nenhum poder de interferência na alteração do conteúdo da matriz que será objeto da
 484 avaliação do ENEM, que possuem referências voltadas para os parâmetros curriculares do
 485 Ensino Médio. Nesse sentido, sugeriu que a UFPA adote o seu conteúdo, não
 486 sobrecarregando assim os alunos com eventuais distinções, diferenças e acréscimos em
 487 relação à segunda etapa, salvo o adicional no que diz respeito a um enfoque local, o que não
 488 onera em termos de tempo e estudo o mesmo. Assumindo a palavra, o Conselheiro Maurício
 489 solicitou à Profa. Marlene esclarecimento à cerca de como se daria o citado enfoque
 490 regional, respeitando-se a matriz curricular do ENEM. Com a palavra, a Conselheira
 491 Marlene Rodrigues reformulou à pergunta, reencaminhando-a ao Prof. Héilton Ribeiro
 492 Tavares, da seguinte forma: "Em que medida a matriz que serve pra a elaboração das provas
 493 do ENEM impediria a inserção de uma questão, de quesitos, de alternativas regionalizadas,
 494 com enfoque por exemplo na Região Amazônica?" Assumindo a palavra, Prof. Héilton
 495 Ribeiro Tavares disse que o objetivo dessa estrutura do ENEM foi ter um escopo muito geral
 496 no que se refere a componentes de história, geografia e outras, é possível usar as mesmas
 497 estruturas e objetos curriculares já prontos e que dêem o enfoque regional que a gente tanto
 498 precisa. Disse, em seguida, que em alguns casos específicos é possível que algo não esteja
 499 coberto, nesse caso sendo necessário a COPERPS fazer uma breve avaliação para identificar
 500 o que nas etapas anteriores estava previsto e agora não está, para depois apenas
 501 complementar, caso haja a necessidade dessas especificidades. Com a palavra, o Conselheiro
 502 Maurício Sena Filho disse não entender essa questão do conteúdo em termo de agregação à
 503 matriz que vai ser utilizada no ENEM, porque se se pensar nessa direção ele teria que
 504 admitir que se esteja aumentando a carga de estudo dos candidatos que residem nessa região.
 505 Disse, em seguida, que quando pensa em conteúdo, é no sentido de que devemos fazer, sim,
 506 uma prova estruturalmente diferente daquela do ENEM, mas que não incorpore novas
 507 exigências em termos de conteúdo. Com a palavra, o Conselheiro Augusto Cleybe solicitou
 508 esclarecimento sobre a questão da transição de conteúdos, reforçando em seguida o perigo
 509 deste Conselho tomar uma posição de que haverá tantos por cento de regionalidade nas
 510 provas e que isso poderá ser usado pelos cursinhos e pelo Ensino Médio como construção de
 511 alunos pré-fabricados. Assumindo a palavra, o Conselheiro Alan Frick disse que faz sentido

o dito pelo Prof. Héilton Ribeiro Tavares, de se ter duas provas com o mesmo conteúdo, e que o melhor seria apontar politicamente que se tenha a discussão regional e a ocorrência de um estudo que venha trazer para a UFPA o que isso significaria do ponto de vista prático. Com a palavra, a Conselheira Celina Magalhães disse que se o aluno já vai responder 180 questões dentro de quatro áreas, nós não podemos fazer outra prova local que de novo repita as quatro áreas. Em seguida, propôs que se tirasse a redação da prova local, contendo a mesma apenas questões regionais. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que uma coisa tinha que ficar clara, que a segunda prova que nós aprovamos tem o condão único e exclusivo de reservar vagas. Desse modo ela pode ser a mesma porque ela só se presta para isso. Em seguida, disse que se houvesse apenas a prova do ENEM, qualquer brasileiro de qualquer lugar se inscreveria no vestibular da UFPA, e que o que se fez com a prova local foi afastar o fantasma de que as vagas vão ser tiradas dos paraenses, tese que refuta completamente. Disse, ainda, que devemos encarar o problema e dizer do que se trata, o fato de que nós nesse primeiro momento desconhecemos qual seria o nosso desempenho numa disputa nacional, tendo que esperar para conferir se de fato não temos condições de competir com alunos de outros estados. Em seguida, procedeu com o encaminhamento das propostas a serem votadas pelos Membros do Conselho, sendo a primeira que o conteúdo seja exatamente o mesmo daquele que está balizado pelo exame nacional (ENEM) e a segunda que a UFPA acrescente conteúdo próprio, de cunho regionalizado. Após ampla discussão, as duas propostas foram votadas, sendo acatada a primeira. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou a as opções de desdobramento a serem votadas, referentes à proposta vencedora, ou seja, a exigência ou não de questões regionalizadas na etapa local. Com o tema aberto à discussão, o Conselheiro Fernando Arthur assumiu a palavra, dizendo que gostaria de criticar a noção dessa necessidade de regionalização, pois é exatamente esse signo de província que a UFPA deve romper. Disse que se deve procurar fazer questões que tenham a perspectiva de observar habilidades e competências, tal como é a matriz em nível nacional. Em seguida, ressaltou que quem elabora as questões possui debilidades que acabam passando aos candidatos, exigindo que o mesmo possua habilidades em uma única referência, sem construir perspectivas mais universais no sentido de que possa pensar globalmente e atuar localmente. Com a palavra, o Conselheiro Augusto Cleybe disse que é importante contextualizar o momento que nós estamos vivendo, e que a regionalidade parte do elaborador ou de uma pré-elaboração sobre a qual este se debruça. Ressaltou que partir de uma pré-elaboração, de uma exigência, antes que o elaborador possa assumir esse papel regional, deve-se observar a realidade que temos hoje, como as fábricas que se chamam cursinhos, produtoras de estudantes que passam em primeiro lugar, são propagandeados e que, quando chegam à universidade, sentem-se totalmente perdidos. Disse, ainda que a exigência para a regionalidade abre espaço para a visão mecânica com a qual é produzido o estudante do Ensino Médio. Assumindo a palavra, o Conselheiro Jorge Pinheiro disse concordar em gênero, número e grau com o Conselheiro Manoel Diniz Peres, já que se parte das assimetrias. Disse, em seguida, que não tem dúvida de que somos provincianos e que em certas horas que faz até questão de o ser, pois acredita que vai depender muito do formulador da questão. Com a palavra, o Conselheiro Alan Frick disse que lhe parecia que a motivação primeira para se colocar essa questão da prova em pauta era a existência de uma reserva de vagas, contudo nada impedia que nessa motivação se encontrasse uma boa perspectiva de transformar uma coisa negativa em positiva. Disse, ainda, que não acha provincianismo que a UFPA sinalize para a sociedade paraense que estimula o conhecimento sobre a realidade local. Pelo contrário, isso só ajudaria a construir uma opinião mais sofisticada e mais elaborada sobre as questões que são inclusive contraditórias dentro da Academia. Concluindo, deixou a indicação de que é necessário que a formulação do que significariam essas questões seja matéria de um conteúdo mais elaborado. Com a palavra, a Conselheira Isabel Lucena disse que no sentido da regionalização lhe veio uma reflexão: a prova é nacional e a nação é feita por regiões, então necessariamente teremos que

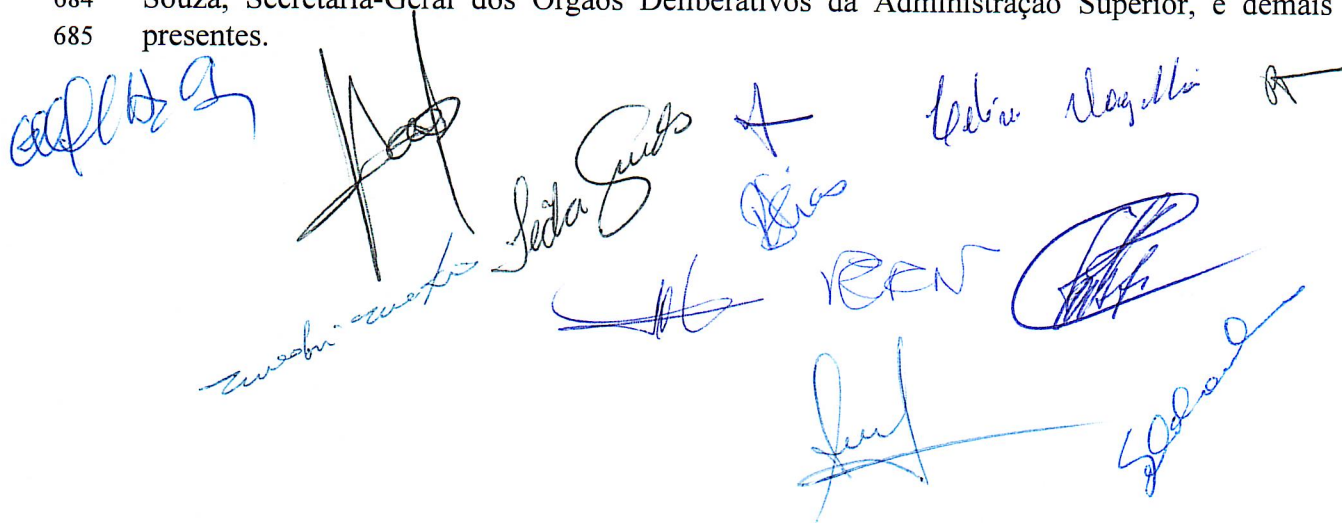
saber conhecimentos que estão nas regiões, o que não está alheio à matriz. Disse, ainda, que a diferença entre as provas está mais voltada à metodologia, pois o ENEM está dentro da metodologia de resposta ao item, que tem toda uma estrutura própria e que dá as estatísticas que usamos para visualizar o desempenho em questões de menos ou mais complexidade. Em seguida, reportou-se à fala do Prof. Fernando Arthur, dizendo que cada item discursivo tem o valor do lugar de onde se fala, indagando em seguida se a prova elaborada aqui, só por ter um caráter local, seria inferior à prova nacional, reforçando que não acha que é isso que vai fazer dela uma prova pior ou melhor. Concluindo, disse que não se quer rejeitar a elaboração das questões de cunho regional, mas se quer que esse conteúdo seja mais explorado e se aborde coisas que não estão sendo abordadas, dando um norte para que a banca elaboradora discutir um objetivo de se apresentar esse traço regional e se dizer quais os alvos e a amplitude que isso deve ter na prova. Com a palavra, o Conselheiro André Tomaz Cardoso disse achar um tanto quanto estranho achar provincianismo a regionalização das provas da UFPA, pois poucos são os estudantes que sabem a história do seu povo, além do que isso ajudaria na forma como os processos aqui da região contribuíram para a formação da nossa sociedade e de que forma a gente pode estar avançando nas melhorias e de onde vem o povo amazônico e para onde vai caminhar. Assumindo a palavra, o Conselheiro Arnaldo do Socorro Marques disse que a juventude tem de ser valorizada a conhecer um pouco da sua história, que nas redações os alunos expressam sim sua regionalidade, mas que ela se manifesta de forma desorganizada, não-sistematizada. Desse modo, devemos estabelecer pelo menos um percentual de exigência dessa regionalidade, para que conhecer sua história e sua cultura seja uma dinâmica do processo de formação desse aluno. Com a palavra, o Conselheiro Doriedson do Socorro disse que o Prof. Fernando está completamente certo ao defender que a questão não é só local e que é preciso de fato dentro da educação básica e no ensino superior que o sujeito na Amazônia possa agir localmente com uma cabeça universal, entendendo-se que isso possa depender da posição política do professor. Disse, em seguida, que isso pode ser institucionalizado. Nesse sentido, propôs que nós definamos esses critérios de seleção, não de forma percentual, mas com a compreensão dos elaboradores de que os conteúdos deverão ser utilizados correlacionando a realidade local aos conhecimentos ali pleiteados. Com a palavra, a Conselheira Eliana Felipe propôs outra perspectiva ao debate, dizendo que acredita que esteja sendo discutido uma tensão que está presente nas discussões de currículo hoje, que é essa tensão entre o universal e o local. Disse lembrar-se que na teorização educacional a função da escola era ensinar os conhecimentos universalmente produzidos e sistematizados, sendo que nós precisamos de quase quinhentos anos pra perceber que esses conhecimentos eram europeus, brancos e homens. Disse em seguida que, desse modo, é preciso que é preciso romper com essa lógica dos conhecimentos identitários e comunidades absolutas que não carregam também a lógica da colonização e da dominação, ressaltando que não via nenhuma possibilidade de que isso ocorra, porque toda prova carrega o limite do seu elaborador, todo elaborador carrega o limite da sua formação e toda formação carrega o limite das possibilidades culturais nas quais a ciência se coloca. Disse, ainda, que pensa que o convite que deve ser feito nesse momento é o do reconhecimento local de um conhecimento que dialoga necessariamente com outras formas de conhecimento, e que grande parte do conhecimento local ainda é oral, portanto não sistematizado. Ressaltou que não se pode estabelecer um percentual para a inserção das questões regionalizadas sem que se considerar a margem de conhecimento produzido. Assumindo a palavra, a Conselheira Rosimê Meguins disse que sua posição contrária à decisão de inserção do ENEM se reforça quando percebe que não há a clareza de qual será o procedimento adotado. Disse que o que lhe chama a atenção é hoje se lançar mão desse exame como alternativa possível de resolver todos os impasses e problemas, quando se sabe que isso não é real, ao contrário, se ele não existisse provavelmente nós estaríamos aperfeiçoando um processo que ela, ao comparar, ainda considera superior. Por fim, propôs que houvesse a prova de ENEM em tempo hábil para que, observadas todas as lacunas, a equipe local se debruçasse sobre as

615 em tempo hábil para que, observadas todas as lacunas, a equipe local se debruçasse sobre as

616 possíveis falhas, mas que lamentava a impossibilidade dessa proposta se realizar tendo em
617 vista o atropelo da tomada de decisão. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que não se trata
618 de discutir se esse exame é pior ou é melhor, porque não é este o caminho, e sim o porquê de
619 se adotar o ENEM, que não sua opinião se justifica pelo aspecto da avaliação. Ressaltou que
620 as críticas virão e indagou se, na história da autonomia, a missão da universidade está
621 preocupada em realizar os processos de seleção dela ou estes deveriam auxiliar o que o
622 Ensino Básico vai esperar de nós. Indagou também qual a intervenção qualitativa que as
623 universidades brasileiras como um todo dão para a qualidade da melhoria do Ensino Básico.
624 Disse que essa é uma questão nunca respondida, perguntando se nós devemos estar
625 elaborando os nossos próprios exames de seleção ou se talvez a missão da Universidade
626 possa ser outra. Em seguida, o Sr. Presidente passou ao encaminhamento da proposta em
627 discussão, após aprovação da utilização da matriz curricular de base do ENEM, assim
628 discriminada: inserção ou não da exigência da abordagem regional na prova elaborada pela
629 UFPA. Por conseguinte foi votada e aprovada, pelos conselheiros, a inserção da exigência
630 da abordagem regional na prova elaborada pela UFPA. Passando ao próximo ponto de
631 discussão, o Sr. Presidente propôs encaminhamento para o peso nas disciplinas específicas,
632 informando que a UFPA receberá do INEP as notas dos alunos recebidas na etapa do
633 ENEM. Após ampla discussão do assunto, foi votada pela não existência de peso para
634 disciplinas específicas. Desse modo, passou-se para o ponto seguinte: a aplicação ou não de
635 redação pela UFPA. Com a palavra, o Prof. Jorge Pinheiro disse achar estranho que haja a
636 necessidade de realização de duas redações, pois assim o aluno estaria sendo “bi tributado”.
637 Com a palavra, a Conselheira Elizabeth de Lemos Vidal indagou qual seria o examinador de
638 Minas Gerais ou São Paulo que entenderia um texto lindíssimo e poético em que o aluno diz
639 que a casa dele é coberta por folha de sororoca e o papagaio é feito com tala de miriti. Nesse
640 sentido, disse que gostaria de chamar a atenção para essas especificidades do aluno que
641 utiliza a experiência do cotidiano em suas redações. Assumindo a palavra, o Conselheiro
642 André Cardoso disse que é importante ter uma redação em nosso processo seletivo, pela
643 questão da regionalização. Assumindo a palavra, o Conselheiro Apolinário Alves disse que
644 se fosse levar em conta a vontade dos alunos, nem haveria redação, bastando dessa forma
645 apenas a do ENEM. Com a palavra, o Conselheiro Alan Frick disse que a construção da
646 avaliação da redação é muito mais exaustiva que a das outras provas, o que traria esforços
647 muito maiores à UFPA. Em seguida, disse que no sentido de se unir o útil ao agradável, é a
648 favor da redação apenas do ENEM. Com a palavra, a Profa. Marilúcia Oliveira, disse que
649 não se deve pautar a decisão levando-se em conta os gastos e o tempo, ressaltando que o
650 conhecimento prévio por parte é importante para a correção de um texto. Em relação à fala
651 do Conselheiro Apolinário sobre a vontade do aluno, disse que a UFPA tem autonomia e
652 condições de discutir coisas importantes para a vida acadêmica deste. Concluindo, disse
653 conhecer os professores que fazem parte da banca corretora de redação da UFPA, e que até
654 aonde sabe nenhum destes havia sido convidado para corrigir as redações do ENEM deste
655 ano. Assumindo a palavra, a Conselheira Cleide Raiol questionou a respeito de qual o
656 objetivo de haver uma redação no processo seletivo, resposta que daria o norteamiento do
657 que se quer discutir. Com a palavra, o Conselheiro Augusto Cleybe disse que os
658 componentes gramaticais são importantes, em que pese a forma do estudante se expressar.
659 Concluindo, disse que sua posição é que não haja a redação local. Após ampla discussão, os
660 membros votaram e decidiram pela não inclusão de redação na prova local. Dando
661 seguimento à reunião, o Sr. Presidente passou ao próximo ponto, propondo encaminhamento
662 ao item referente à presença da disciplina de língua estrangeira na prova local. Com a
663 palavra, a Conselheira Eliana disse que não se podia sair do Conselho com decisões
664 baseadas em “se”, pois não há tempo para operar desse modo. Nesse sentido, disse que
665 teríamos que decidir pela prova de língua estrangeira local por uma questão de ponderação.
666 Em seguida, a proposta foi votada pelos Conselheiros, sendo aprovada a inclusão da língua
667 estrangeira na prova local. Passou-se então ao próximo ponto, referente à manutenção das

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Eliana', 'Augusto', 'Cleide', 'Alan', 'Jorge', 'Elizabeth', and 'Apolinário']

668 leituras obrigatórias na etapa local, sendo esta acatada pelos conselheiros. Em seguida,
669 passou-se ao encaminhamento da proposta referente à linha de corte para ambas as etapas do
670 processo seletivo, sendo aprovado pelos conselheiros o corte apenas nas redações do ENEM
671 e na prova objetiva local. Passou-se então ao outro ponto a ser definido, referente às vagas
672 remanescentes. Após ampla discussão do tema e a necessidade de uma melhor definição dos
673 critérios referentes ao mesmo, a proposta foi retirada de pauta, passível de encaminhamento
674 a outra reunião do CONSEPE. Dando seguimento à reunião, o Sr. Presidente apresentou o
675 próximo ponto, referente ao valor da taxa de inscrição do processo seletivo, sendo decidido
676 que, quanto ao valor da mesma, houvesse uma análise mais detalhada, e quanto à sua
677 aplicação, que o aluno de escola pública pagasse apenas a inscrição da UFPA e o aluno de
678 escola privada pagasse a inscrição dos dois processos. Passando ao último ponto em
679 discussão, referente ao cômputo da pontuação da prova de habilitação, decidiu-se pela
680 elaboração de uma proposição específica. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a
681 tratar, o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros e às 18h45
682 deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após
683 aprovada, vai assinada pelo Presidente do Conselho, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima
684 Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais
685 presentes.

A collection of handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Soraya Maria Bitar de Lima Souza', followed by a large, stylized signature, then 'Seda Gomes', 'Rios', 'REN', and 'Lidia Nagelli'. There are also several other smaller, less legible signatures.

A handwritten signature in black ink, possibly reading 'Adm. Superior'.

A handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Adm. Superior'.